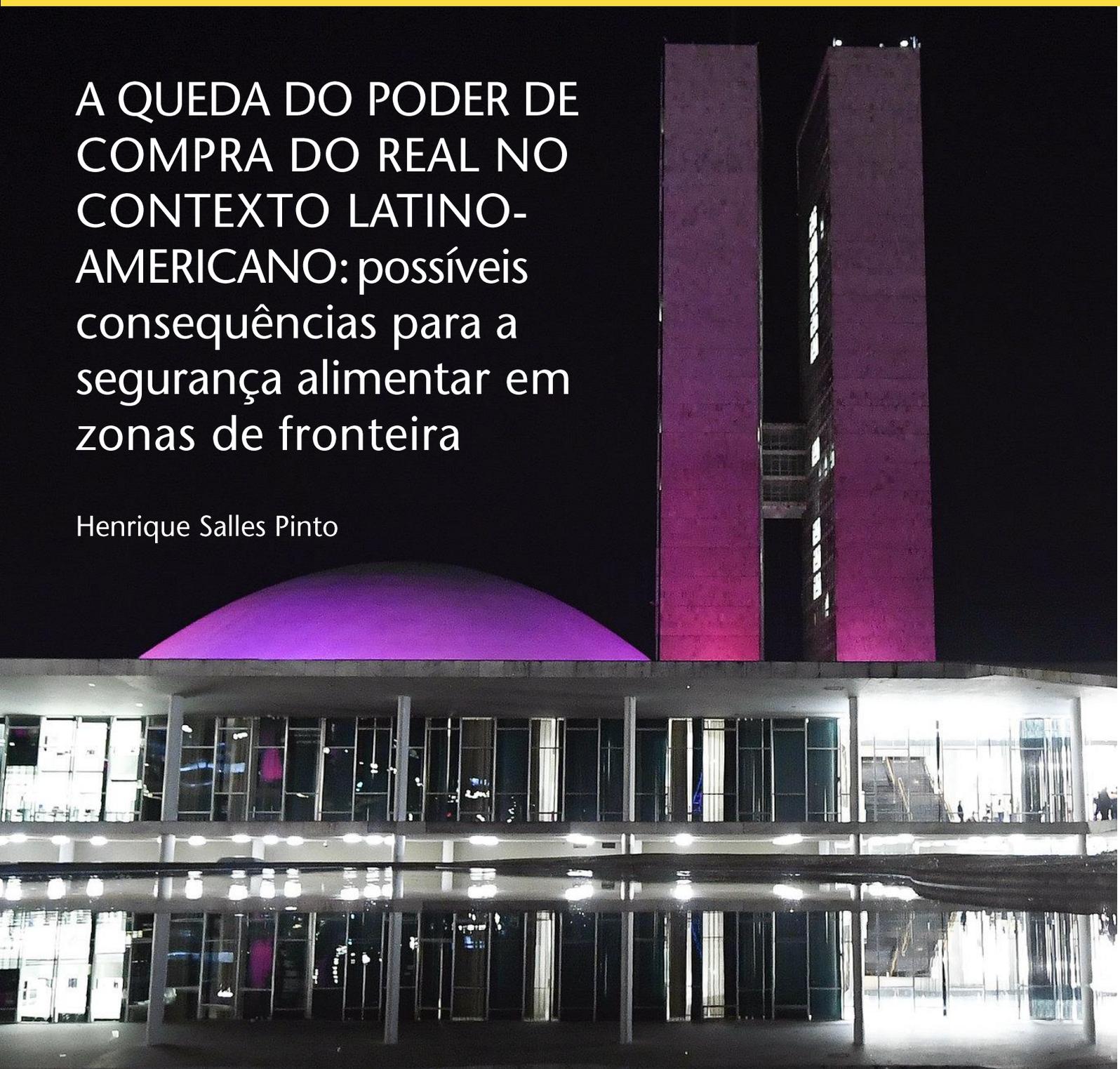


A QUEDA DO PODER DE COMPRA DO REAL NO CONTEXTO LATINO- AMERICANO: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira

Henrique Salles Pinto



A QUEDA DO PODER DE COMPRA DO REAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira

Henrique Salles Pinto¹

¹ Cientista Político e Doutor em Ciências Sociais em Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília. Consultor Legislativo do Senado Federal. E-mail: hsallesp@senado.leg.br

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Gustavo A. Sabóia Vieira – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenação

Brunella Poltronieri Miguez – Revisão

João Cândido de Oliveira – Editoração

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Modena Lacerda

Ivan Dutra Faria

Denis Murahovschi

Foto da Capa: Jefferson Rudy/Agência Senado

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

PINTO, H. S. **A Queda do Poder de Compra do Real no Contexto Latino-americano: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Outubro 2021 (Texto para Discussão nº 302). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 06 out.2021.

A QUEDA DO PODER DE COMPRA DO REAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR EM ZONAS DE FRONTEIRA

RESUMO

Este trabalho¹ demonstra a progressiva queda da paridade de poder de compra do Real no contexto latino-americano. Ao usar o índice *Big Mac* proposto pela revista britânica *The Economist* e as taxas de câmbio nominal oficiais, foi possível calcular a referida paridade comparada a uma cesta de moedas de países, alguns de menor desenvolvimento relativo ao Brasil, no contexto da pandemia da Covid-19. No que diz respeito a mercados como o do Uruguai e o da Guiana Francesa (França), o problema transcende o período pandêmico e demonstra perfil mais estrutural que conjuntural, o que deve ser observado pelo Estado brasileiro nas suas estratégias de segurança alimentar e nutricional em zonas de fronteira, sobretudo nas que apresentam grande fluxo demográfico, como as com os dois países supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: segurança alimentar e nutricional. Paridade de poder de compra. Zonas de fronteira.

¹ Este trabalho é um dos capítulos da pesquisa realizada pelo autor em seu pós-doutorado pela Universidade de Paris (AgroParisTech).

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
2	TIPOLOGIAS DE FRONTEIRAS.....	2
2.1.	MARGEM	2
2.2.	ZONA TAMPÃO	3
2.3.	FRENTE	4
2.4.	CAPILAR	4
2.5.	SINAPSE.....	5
2.6.	A TIPOLOGIA DE FRONTEIRAS APLICADA AO CASO BRASILEIRO	5
3	A PARIDADE DE PODER DE COMPRA E SUA APLICAÇÃO AO CASO BRASILEIRO 7	
3.1.	O CONCEITO DE PARIDADE DE PODER DE COMPRA	7
3.2.	A PANDEMIA DA COVID-19 E A PARIDADE DE PODER DE COMPRA BRASILEIRA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO	9
3.3.	A MAIOR PARIDADE DE PODER DE COMPRA EM RELAÇÃO AO REAL NA AMÉRICA DO SUL – O CASO DAS MOEDAS DO URUGUAI E DA GUIANA FRANCESA	11
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
	BIBLIOGRAFIA.....	13

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O acesso regular à alimentação adequada tem sido um dos principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira ao longo dos últimos anos. Após progressivos avanços em estratégias de segurança alimentar e nutricional desde meados da década de 1990 até 2014, ano em que o Brasil deixou o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU)², a situação tem recrudescido a partir de 2015, com substancial agravamento ao longo da pandemia da Covid-19.

Pesquisa³ realizada pela Universidade Livre de Berlim, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB), revelou um quadro grave de insegurança alimentar no Brasil no período da referida pandemia: ao final de 2020, 59,4% dos domicílios brasileiros apresentavam algum grau de insegurança alimentar, quando não dispunham de quantidade e qualidade suficiente dos alimentos ou quando o medo de ficar sem alimentos comprometia suas escolhas.

Em uma amostra de 2.000 pessoas, a pesquisa mencionada indica que:

- a) 31,7% das pessoas relataram um estado de insegurança alimentar leve (quando há preocupação com a falta de alimentos ou quando a escolha ou qualidade desses alimentos está comprometida);
- b) 12,7% das pessoas relataram insegurança alimentar moderada (quando há escassez ou redução da quantidade de alimentos entre os residentes adultos); e
- c) 15% das pessoas relataram insegurança alimentar grave (quando a falta ou redução na quantidade de alimentos se estende às crianças do domicílio).

Se a realidade geral da segurança alimentar e nutricional é um desafio para o Brasil, deve-se considerar que a situação pode ser ainda mais complexa nas

² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>>. Acesso em: 23 set. 2021.

³ GALINDO, Eryka *et al.* **Working Paper 4**: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-for-justice/publications1/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

áreas de fronteira, distantes dos centros de decisão e que podem apresentar problemas que vão além da realidade nacional, demandando estratégias de solução do problema específicas quando comparadas a outras regiões do país.

Uma das questões que pode impactar diretamente a segurança alimentar e nutricional em fronteiras com grande fluxo demográfico diz respeito à paridade de poder de compra entre as moedas dos países limítrofes. Nesse contexto, a fim de elucidar o problema, este trabalho apresenta, além desta introdução, as seguintes seções: *a)* tipologias de fronteiras; *b)* a paridade de poder de compra e sua aplicação ao caso brasileiro; e *c)* considerações finais.

2 TIPOLOGIAS DE FRONTEIRAS

Cumprido destacar, inicialmente, que as situações fronteiriças não são as mesmas no domínio das interações entre os países, sobretudo aqueles com grandes territórios e vastas fronteiras internacionais. A dinâmica das fronteiras não é resultado apenas de diferenças geográficas, mas também das relações sociais entre municípios vizinhos e das políticas públicas estaduais.

A geografia da fronteira torna-se complexa ao se analisar as cidades gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre os sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e podem se tornar um importante alicerce para a cooperação entre os países fronteiriços. A consolidação da cidadania pode ser um dos resultados desse processo.

Para a tipologia das interações transfronteiriças, Cuisinier-Raynal (2001) propõe modelos que Brasil (2005) adaptou para compreender o caráter das relações entre as cidades gêmeas no contexto sul-americano. De acordo com a proposta desta tipologia, as situações de sobreposição de tipos de interação são as mais comuns, mas é possível distinguir as dominantes – os tipos de interação são cinco: *1)* margem; *2)* zona tampão; *3)* frente; *4)* capilar; e *5)* sinapse.

2.1. MARGEM

Na margem, as populações das duas partes da fronteira mantêm pouco contato entre si. As exceções são os contatos familiares e o comércio modesto.

As pessoas que vivem nas margens têm relações mais fortes com seus compatriotas, mesmo que morem a centenas de quilômetros de distância, do que

com as pessoas que vivem do outro lado da fronteira, a poucos metros de suas casas. Uma das principais razões para isso é a falta de infraestrutura para conectar as populações fronteiriças.

As margens também se caracterizam pela ausência de projetos de cooperação transfronteiriça e pela presença intermitente de políticas públicas estaduais, com exceção de estratégias como determinados investimentos em saúde (posto de saúde). Nesse contexto, a margem pode ser considerada como um espaço com potencial para aplicação de futuras políticas públicas.

2.2. ZONA TAMPÃO

O conceito de zona tampão pode ser aplicado a áreas estratégicas onde o estado central proíbe o acesso à área de fronteira. A criação de parques naturais nacionais, áreas protegidas ou reservas é uma política pública importante para a organização da zona tampão – barreiras físicas significativas ou áreas florestais também podem ser zonas tampão “naturais”.

Mesmo em regiões onde existe uma relação cultural ou comercial entre as populações fronteiriças, é possível ao estado estabelecer a situação de bloqueio do território. Nesse contexto, o governo central pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e a dinâmica de expansão espontânea das relações sociais em nível local.

Existem vários motivos para o estabelecimento de zonas tampão, incluindo:

- a) a presença de recursos naturais próximos à fronteira, explorados ou não;
- b) a intenção de impedir ou dificultar o avanço das frentes de colonização ou exploração dos nacionais;
- c) a existência de zonas de tensão militar; e
- d) a intenção de reduzir os custos de infraestrutura de defesa e vigilância.

Importante destacar, contudo, que o conceito de zona tampão é compatível com os movimentos migratórios indígenas entre as duas partes da fronteira, especialmente em áreas onde a mobilidade transfronteiriça espontânea é antiga e

bastante intensa. Neste contexto, portanto, as zonas tampão têm o objetivo de dificultar os fluxos migratórios de povos não indígenas.

2.3. FRENTE

O conceito é geralmente utilizado como sinônimo de frentes de pioneirismo ou frentes de ocupação do solo. No contexto das interações de fronteira, o conceito também pode se referir a outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente cultural (afinidades seletivas), frente militar ou frente indígena.

Em território brasileiro, é possível identificar várias frentes ao longo da história do país. A frente indígena da região conhecida como “cabeça de cachorro”, na fronteira entre Brasil e Colômbia, conviveu com a frente militar do lado brasileiro durante anos e foi posteriormente substituída por uma unidade de conservação natural.

A frente militar é geralmente constituída por uma rede de postos de vigilância (batalhões de fronteira) geridos pelo exército. Esse tipo de frente difere da frente pioneira (a pioneira pode ser identificada como uma espécie de frente cultural), pois os investimentos do Estado se limitam às ações de fronteira apenas do ponto de vista tático e logístico.

2.4. CAPILAR

As interações do tipo capilar exibem processos diferentes, mas todos esses processos só podem ocorrer em nível local. As feiras são um exemplo de interação e integração espontânea de fronteira, que permitem trocas difusas entre vizinhos de fronteira com redes de comunicação limitadas - neste contexto, o Estado não é um ator importante na construção de estruturas de articulação transfronteiriça.

Diferente do modelo sináptico, caracterizado como nacional ou bilateral, o modelo capilar apresenta relações locais específicas. Em geral, o cenário capilar, portanto, é sobreposto pelo modelo sináptico, especialmente nas áreas de fronteira mais importantes do ponto de vista estratégico ou demográfico.

2.5. SINAPSE

O conceito de sinapse vem da biologia e se refere à presença de um intenso fluxo de trocas entre as populações fronteiriças. No modelo sináptico, geralmente os estados nacionais são importantes nos processos de construção de estruturas para a dinâmica social e econômica.

Existem dois tipos de interação sináptica: estrutural ou conjuntural. O primeiro tipo, estrutural, resulta de uma longa história comum e de uma intensa relação no meio urbano e rural. A sinapse conjuntural, por sua vez, surge não apenas da moderna frente agrícola, mas também da esfera da produção e do comércio de produtos ilícitos.

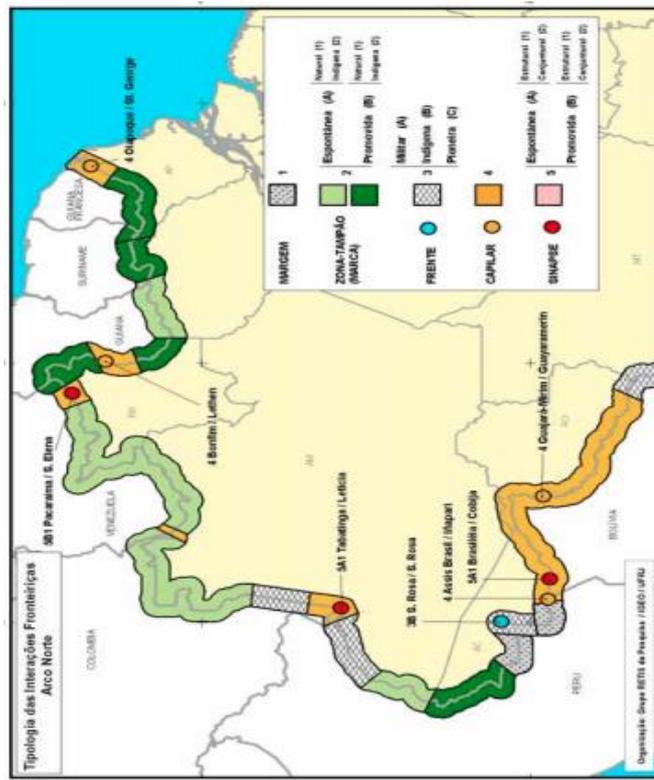
A sinapse estrutural caracteriza as cidades gêmeas mais desenvolvidas, onde os fluxos de comércio internacional são mais fortes e se sobrepõem aos fluxos locais. Brasil (2005, p. 147) propõe que praticamente todas as cidades gêmeas articuladas por pontes pertencem ao tipo de fronteira sináptica, pois as pontes são estratégicas para o comércio bilateral – para ilustrar a ideia, o autor destaca os vizinhos do cone ao sul do território brasileiro, onde muitas das cidades do outro lado da fronteira obtiveram a condição de zona franca para estimular o comércio internacional.

Nas cidades gêmeas, é possível verificar a formação de uma paisagem urbana particular, com a formação de infraestruturas hoteleiras e redes de lojas especializadas comuns. Deve-se notar, entretanto, que as relações sinápticas de fronteira podem criar assimetrias espaciais, onde as cidades gêmeas têm diferentes níveis de desenvolvimento.

2.6. A TIPOLOGIA DE FRONTEIRAS APLICADA AO CASO BRASILEIRO

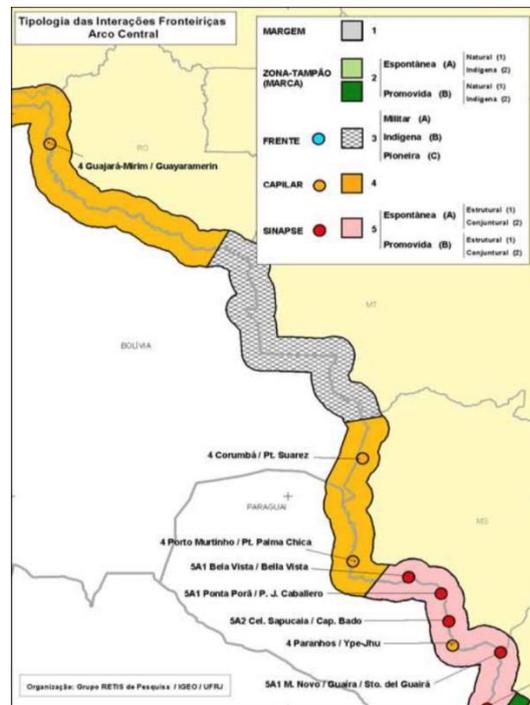
Com base nas tipologias que caracterizam as zonas de fronteiras, apresentam-se figuras que identificam as referidas tipologias ao caso brasileiro.

Figura 1: Tipos de fronteiras no Arco Norte do Brasil



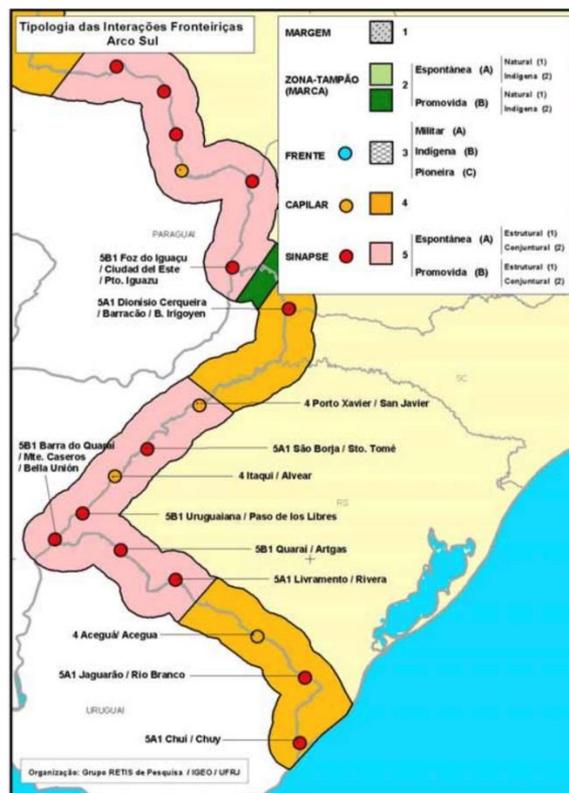
Fonte: Brasil (2005, p. 149).

Figura 2: Tipos de fronteiras no Arco Central do Brasil



Fonte: Brasil (2005, p. 150).

Figura 3: Tipos de fronteiras no Arco Sul do Brasil



Fonte: Brasil (2005, p. 151).

As figuras supracitadas sugerem que o Brasil apresenta faixa de fronteira com perfil bastante diversificado, havendo predomínio de Frentes e Zonas Tampão no Arco Norte, e de Zonas Capilares e Sinápticas nos Arcos Central e Sul. É exatamente nessas duas últimas zonas, como demonstrado, que se pode constatar fluxo demográfico mais intenso, com interações transfronteiriças em cidades gêmeas que se conectam como verdadeiras conurbações urbanas, em que circulam moedas dos países limítrofes. A variação da paridade de poder de compra entre as referidas moedas pode apresentar consequências para a segurança alimentar e nutricional das famílias que habitam em faixas de fronteira, sobretudo as hipossuficientes, tema a ser abordado na seção seguinte.

3 A PARIDADE DE PODER DE COMPRA E SUA APLICAÇÃO AO CASO BRASILEIRO

3.1. O CONCEITO DE PARIDADE DE PODER DE COMPRA

A paridade do poder de compra (PPC) é uma medida que compara as moedas de diferentes países por meio de um índice de poder de compra – a PPC considera a quantidade de dinheiro para comprar uma cesta de bens e serviços

em um país, que pode ser comparada com a medida de outros. De acordo com a teoria econômica, a PPC pode ser calculada usando o preço dos bens, bem como o produto interno bruto, a renda *per capita* ou índices de preços calculados para medir a inflação.

A teoria da PPC assume que existe uma taxa de câmbio de equilíbrio para a economia de cada país. Essa teoria é importante para analisar as tendências econômicas de longo prazo, pois considera duas moedas em equilíbrio quando uma cesta de bens e serviços tem o mesmo valor nos dois países.

A “lei do preço único” é o princípio que fundamenta esta paridade, que estipula que o preço de bens idênticos deve ser o mesmo, considerado o comércio totalmente livre entre países. Nesse contexto, se houver diferenças de preços, e sem levar em conta os custos associados, esses preços devem convergir por arbitragem – quando, portanto, o preço em dólar de um produto é maior em um país do que em um outro país, a procura tende a se transferir para o país de menor preço, até que esses voltassem a ser iguais.

O cálculo da paridade entre os países considera a taxa de câmbio real com a qual é possível comprar os mesmos produtos e serviços. De acordo com a “lei do preço único”, existe paridade se os preços forem iguais nos dois países, já considerada a taxa de câmbio nominal. A fórmula para calcular a taxa de câmbio real é, portanto:

$$\text{Taxa de câmbio real} = \text{Taxa de câmbio nominal} \times (\text{Preço de um país} / \text{Preço de um outro país})$$

Segundo essa fórmula, quando a taxa de câmbio real é igual a 1, significa que há um único preço para os dois países comparados. Uma forma de calcular a taxa de câmbio real entre os países foi proposta pela revista britânica *The Economist*.

Desde 1986, a revista calcula o índice *Big Mac*, que leva em consideração o preço dos sanduíches do McDonald's em diversos países. Embora informal, esse índice permite comparar o poder de compra devido à presença do McDonald's em grande parte do mundo, e seu sanduíche mais famoso (*Big Mac*) é praticamente o mesmo em todos os países onde é vendido, levando-se em consideração os custos para oferecê-lo, bem como o seu preço de venda.

3.2. A PANDEMIA DA COVID-19 E A PARIDADE DE PODER DE COMPRA BRASILEIRA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Considerando o índice *Big Mac* proposto pela revista *The Economist*, pode-se, portanto, calcular a paridade do poder de compra de diferentes países. Com base nas informações fornecidas por essa revista, os preços do *Big Mac* nas moedas de diferentes países da América Latina entre 2019 e nos anos da pandemia Covid-19 (2020 e 2021) estão disponíveis na tabela a seguir.

Tabela 1: Preços do Big Mac nas moedas de diferentes países latino-americanos (2019-2021)

País/Moeda	2019	2020	2021
Brasil/Real	17,5	20,9	22,9
Argentina/Peso argentino	120	250	380
Chile/Peso chileno	2.640	2.740	2.990
Colômbia/Peso colombiano	11.900	11.900	12.950
Costa Rica/Colón	2.290	2.350	2.370
Guatemala/Quetzal	25	25	26
Honduras/Lempira	86	87	87
México/Peso mexicano	50	50	64
Nicarágua/Córdoba	110	120	128
Peru/Sol	10,5	11,9	12,9
Uruguai/Peso uruguaio	164	189	225

Fonte: <https://www.economist.com/big-mac-index>.

Os preços considerados são os do meio (entre junho e julho) dos anos indicados.

Considerando as taxas de câmbio nominais entre o Real brasileiro e as moedas dos demais países latino-americanos mencionados, bem como os preços do *Big Mac* no Brasil e em cada um desses países, é possível completar o cálculo para obter a paridade do poder de compra do Real em relação a essas outras moedas. A tabela a seguir mostra o resultado desse cálculo.

Tabela 2: A paridade de poder de compra do Real brasileiro em comparação a outras moedas latino-americanas (2019-2021)

Poder de compra	2019	2020	2021
Argentina/Brasil	0,6253	0,9078	0,8744
Colômbia/Brasil	0,816	0,797	0,735
Costa Rica/Brasil	0,863	1,158	0,869
Chile/Brasil	0,8749	0,9045	0,9792
Guatemala/Brasil	0,74	0,889	0,77
Honduras/Brasil	0,798	0,983	0,824
México/Brasil	0,596	0,58	0,734
Nicarágua/Brasil	0,754	0,984	0,832
Peru/Brasil	0,7107	0,9586	0,7765
Uruguai/Brasil	1,015	1,177	1,135

Fonte: elaboração do autor.

A Tabela 2 mostra que, entre 2019 e 2021, o Real brasileiro se desvalorizou em relação a todas as moedas latino-americanas consideradas, exceto a moeda da Colômbia. A maior desvalorização relativa do Real tem sido em relação à moeda argentina: neste período (de 2019 a 2021), o peso argentino valorizou-se 39,83% em relação ao seu homônimo brasileiro – durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, entre 2019 e 2020, essa valorização foi próxima a 50% (45,17%).

Os professores Henrique Castro e Claudia Yoshinaga, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), constataram que o Real apresentou o pior desempenho entre as 30 moedas mais negociadas no mundo em 2020. Segundo o *Institute of International Finance* (IIF), a fuga de investidores estrangeiros devido ao risco fiscal brasileiro pode ser a principal causa do problema.

Mesmo em um contexto de depreciação relativa, deve-se destacar que o Real ainda possui maior poder de compra em relação a todos os países analisados. As exceções são:

- a) Costa Rica em 2020; e
- b) Uruguai nos três anos considerados.

Embora o menor poder de compra do Real em relação à moeda costarriquenha tenha sido revertida em 2021, a situação é constante ao se analisar a paridade da moeda brasileira em relação ao peso uruguaio. No contexto latino-americano e sul-americano em particular, o poder de compra entre o Brasil e o Uruguai é uma exceção, bem como o poder de compra entre o Brasil e a Guiana Francesa (França), assunto a ser detalhado na próxima seção.

3.3. A MAIOR PARIDADE DE PODER DE COMPRA EM RELAÇÃO AO REAL NA AMÉRICA DO SUL – O CASO DAS MOEDAS DO URUGUAI E DA GUIANA FRANCESA

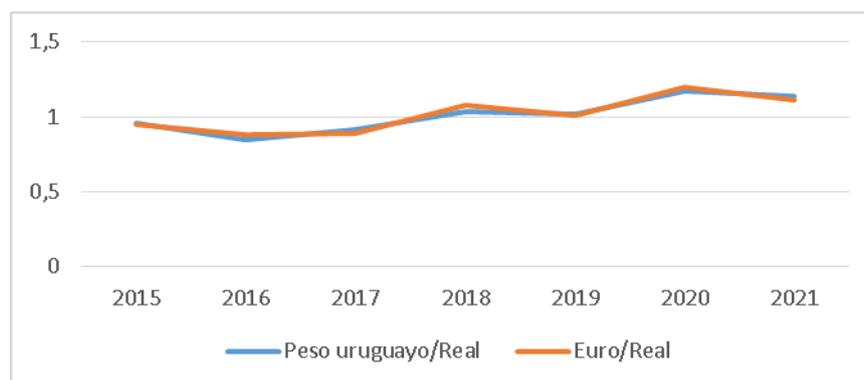
O poder de compra do Peso Uruguaio e do Euro, em relação ao Real desde 2015 (ano de grande turbulência econômica e política no Brasil), está disponível na tabela e na figura a seguir:

Tabela 3: A paridade de poder de compra do Real em comparação ao Peso uruguaio e ao Euro (2015-2021)

Poder de compra	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Peso uruguaio/Real	0,9575	0,8435	0,917	1,035	1,015	1,177	1,135
Euro/Real	0,95	0,88	0,89	1,08	1,01	1,2	1,11

Fonte: elaboração do autor.

Figura 4: A paridade de poder de compra do Real em comparação ao Peso uruguaio e ao Euro (2015-2021)



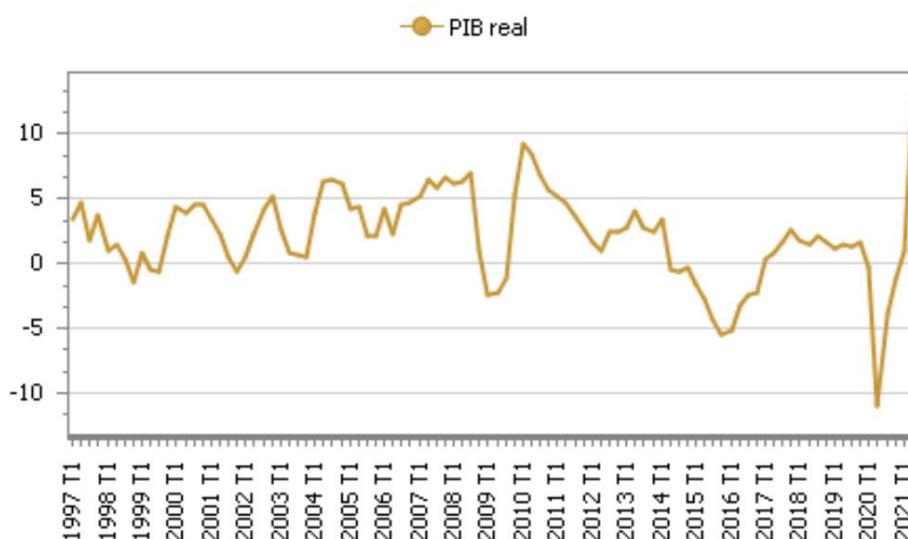
Fonte: elaboração do autor.

Com base nos dados apresentados, nota-se que as paridades de poder de compra Peso Uruguaio/Real e Euro/Real apresentam uma evolução semelhante ao longo do período considerado. Até 2017, as moedas do Uruguai e da França

(Guiana Francesa) tinham poder de compra menor que a moeda do Brasil; entretanto, após 2018, a tendência se inverteu, e o poder de compra do Real tornou-se menor em comparação ao peso uruguaio e ao euro.

Como no contexto geral da América Latina, o ano em que o Real apresentou menor poder de compra que seus homólogos uruguaio e francês foi 2020: 1,177 e 1,2 respectivamente. Essa situação pode ser resultado dos problemas macroeconômicos mais amplos enfrentados no Brasil ao longo da segunda metade da década de 2010, conforme evidenciado pelo desempenho do Produto Interno Bruto real a preços de mercado do país nesse período, argumento que pode ser detalhado em estudos futuros.

Figura 5: Evolução do Produto Interno Bruto real do Brasil (variação em relação ao mesmo período do ano anterior)



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder de compra do Real tem diminuído constantemente nos últimos anos. No contexto da Covid-19, o desempenho da moeda brasileira é um dos piores da América Latina, melhor apenas do que o da Colômbia entre os dos países analisados.

Esta situação tem potencial para influenciar a compra de bens e serviços – principalmente de alimentos – nas zonas de fronteira. Maior economia latino-americana, o Brasil tem, tradicionalmente, um dos maiores poderes de compra da

região, o que, *ceteris paribus*, vinha conferindo aos brasileiros vantagens comparativas na compra de produtos nos mercados dos países vizinhos – tendência invertida no período analisado.

A situação nas fronteiras Uruguai/Brasil e Guiana Francesa/Brasil pode ser ainda mais sensível, uma vez que o Peso Uruguaio e o Euro têm maior poder de compra em relação ao Real desde 2018, o que demonstra que o declínio cambial da moeda brasileira pode apresentar, além de motivações conjunturais face à pandemia, causas estruturais, manifestadas em desequilíbrios macroeconômicos de mais longo prazo, como demonstrado na tendência de declínio do PIB do país.

Como resultado desse processo, algumas regiões já apresentam pressão emigratória significativa, como no caso da fronteira norte entre o Amapá e a Guiana Francesa. O naufrágio⁴ de embarcação clandestina com 24 brasileiros na costa guianense, dos quais 19 ainda estão desaparecidos até a data de elaboração deste estudo, é um exemplo da referida pressão.

Diante do exposto, cumpre ao estado brasileiro adotar estratégias específicas para garantir os mínimos de segurança alimentar e nutricional nas zonas de fronteira do país, principalmente nas que apresentam perfil capilar e sináptico – como as com a Guiana Francesa e o Uruguai –, de intensa dinâmica social entre os países fronteiriços, uma vez que essas regiões apresentam desafios peculiares quando comparados à média do território nacional.

BIBLIOGRAFIA

AVEIRO, Thais Mere Marques. **A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 190 f, 2006 Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2342/1/2006_ThaisMereMAveiro_orig.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

⁴ 19 brasileiros estão desaparecidos na costa da Guiana Francesa. **R7**, Agência Estado. Internacional, 08/09/2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/19-brasileiros-estao-desaparecidos-na-costa-da-guiana-francesa-08092021>>. Acesso em: 24 de set. 2021.

BEAUDOUIN, Morgane; RIEUBLANC, Eve; BOYER, Sandie (Coord.). **Guiana Francesa – Amapá: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios.** Tradução R. Laurent. Sage: Guyana280, 2011.

BIGO, Didier. Freedom and Speed in Enlarged Borderzones. *In*: SQUIRE, Vicki (ed.). **The Contested Politics of Mobility Borderzones and Irregularity.** Routledge, 2010, p. 1-25.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional:** relatório-síntese. – Set. 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p.416.

CHAGAS, M A. A Geopolítica do Garimpo do Lourenço, Norte do Amapá: Trajetória, Contradições e Insustentabilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, 2019.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. (2020). **América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 - Efectos económicos y sociales.** Informe especial COVID-19. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/6/S2000264_es.pdf>. Acesso em: 27 set.2021.

CUISINIER-RAYNAL, A. “**La Frontière au Pérou entre fronts et synapses**”. *L’Espace Géographique* 3: 213-229, 2001.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa

SENADO
FEDERAL



ISSN 1983-0645